

ANÁLISE DO PROCESSO DE TRABALHO EM UMA ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM DE LIXO NO MUNICÍPIO DE JABOTICABAL-SP

Cinthia Petrucci; Eduardo José Schalch; Yana Amorim Fontes da Silva; Ana Paula Leivar Brancaloni; Ana Claudia Giannini Borges - Administração - Departamento de Economia Rural - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal.

No Brasil, especialmente a partir da década de 90, com a adoção da política neoliberal em que se observa a diminuição da atuação do Estado quanto ao atendimento das demandas sociais e da regulação da relação capital-trabalho, constata-se a intensificação da precarização das relações trabalhistas e do desemprego estrutural. Dentro dessa nova roupagem do sistema, amplia-se, ainda, a diferenciação dos produtos como estratégia para a vantagem competitiva. Essa estratégia se dá também através do desenvolvimento de embalagens. Além disso, observa-se uma tendência à produção de bens de menor durabilidade, dentro de um mercado dinâmico em que a inovação é fundamental para a sustentação das empresas. Segundo Caldana (2005), o empobrecimento da classe trabalhadora pode se constituir em um entrave à expansão do mercado consumidor, e consequentemente do capital, visto que a mesma se dá pela conquista de novos mercados (mundialização), pelo lançamento de novos produtos e pelo encurtamento do ciclo de vida destes, fazendo com que as indústrias briguem acirradamente por uma falaciosa qualidade dos mesmos.

Assim, têm-se dois problemas: o aumento do desemprego de um lado e da produção de lixo do outro. Assiste-se, frente a este quadro, a adoção crescente da coleta de lixo reciclável como alternativa de geração de renda. Diante deste quadro, é essencial buscar compreender organizações coletivas como cooperativas e associações que pretendem constituir-se enquanto alternativas de geração de renda e de destino do lixo. Como afirma Daniel Rech, (2000), os ofícios, as corporações, os sindicatos, as sociedades, neste milênio, foram ou são meios e momentos em que pessoas, ligadas por uma mesma perspectiva e/ou necessidade, reúnem-se para o desenvolvimento atividades conjuntas, produtivas ou não, para melhorar sua condição de vida. Ratifica-se, portanto, a necessidade das pessoas se encontrarem e buscar alternativas, como aconteceu em 2006, quando foi efetivada a criação de uma associação de triagem de lixo no município de Jaboticabal-SP que tem por objetivo separar o lixo orgânico e inorgânico, triando os recicláveis para a sua comercialização. O objetivo deste estudo é analisar o processo de trabalho nesta associação. Para tanto, utiliza-se uma abordagem qualitativa dentro da proposta da pesquisa-ação. Os instrumentos de coleta de dados serão: a observação participante com visitas sistematizadas e produção de diário de campo; entrevistas semi-estruturadas com os associados. Os encontros com o grupo que tiveram frequência semanal, ao longo de oito meses.

Observou-se que a renda dos associados consiste na comercialização de produtos recicláveis sendo estes: lenha, que é vendida em metros; “pets”(garrafas de refrigerante, óleo, água, detergente, entre outros); plásticos(fino, grosso, pvc, e etc); papel (arquivo, terceiro, papelão tipo 1, papelão tipo 2 e caixa de leite); alumínio(latinhas, marmite, e outros); sendo os quatro últimos comercializados em fardos. Vende-se ainda vidro e sucata.

Foram constatadas as seguintes dificuldades: organização do processo de trabalho; definição e atribuição de tarefas; cristalização das relações de poder e dos papéis desempenhados; rotatividade das tarefas; controle financeiro; registros administrativos; pouco desenvolvimento do senso cooperativo. Assim, identifica-se a dificuldade de rompimento com o modelo hierárquico de indústrias e a adoção de práticas auto-gestionárias.

Todas essas dificuldades encontradas foram resultado de um processo autoritário de criação de uma cooperativa de triagem de lixo que se iniciou através da proposta de uma política pública municipal em economia solidária. O objetivo desta cooperativa, segundo documentos oficiais da prefeitura, era oferecer trabalho para catadores e separadores de lixo deste município. Inicialmente a prefeitura reuniu essas pessoas e as organizou em um grupo que posteriormente, por iniciativa do próprio poder público, veio a se constituir enquanto uma cooperativa. Após esse processo, foi firmado um convênio entre estas partes, contudo os termos de compromisso foram elaborados exclusivamente por técnicos da gestão

pública. Constatou-se que, por sua implementação não ser decorrência da iniciativa e participação dos cooperados, e sim do poder público, não houve a apropriação do sentido cooperativista. Esta constatação é corroborada por Daniel Rech (2000), ao afirmar que: *“Não se pode pois esquecer que a centralidade da iniciativa são as pessoas que a compõe. Elas, suas necessidades e aspirações é que devem motivar o esforço do empreendimento e a conquista de novos espaços que o consolidem, sem o que a cooperativa não existe”* Foi reproduzida no cotidiano a vivência de um trabalho alienado do ambiente de fábricas, bem como, as relações autoritárias. Identifica-se que a cooperativa funcionou enquanto um mecanismo de precarização das relações trabalhistas, bem como da permanência de uma política assistencialista, refletida na falta de estímulo à auto-gestão. Com isso, a ausência dos cooperados nas tomadas de decisões e tramites burocráticos, gerou um desconhecimento sobre os procedimentos legais para o cumprimento das responsabilidades tributárias, bem como da manutenção de registros necessários, e assim, a cooperativa se tornou ilegal.

Nos encontros realizados com o grupo, buscou-se refletir acerca de sua condição, os principais problemas enfrentados, visando construir, em conjunto, formas de superação. Em um momento posterior, discutiu-se a melhor alternativa para a formalização e legalização do grupo que, naquele momento, estava na ilegalidade em virtude do desconhecimento dos procedimentos necessários na organização e manutenção de uma cooperativa. A melhor alternativa encontrada pelo grupo foi a criação de uma associação de reciclagem, devido ao fato das normas para constituição serem mais flexíveis, como por exemplo, a não obrigatoriedade de um número mínimo de pessoas para sua formação, visto que ocorria uma constante rotação de pessoas no grupo devido a incerteza de prosperidade.

Com o grupo já constituído e atuando no processo de construção da associação, chegou-se a sua constituição em uma pessoa jurídica. Com a associação registrada os associados preocuparam-se em aprender as atividades burocráticas necessárias para o seu funcionamento, a fim de se evitar sua ilegalidade por falta de registros, como havia ocorrido com a cooperativa. Sendo assim, nos encontros semanais com o grupo, passou a ser ensinado tarefas contábeis, como fluxo de caixa e controle de vendas, para o Tesoureiro, registro de atas, matrícula dos novos associados, entre outras funções competentes à Secretária, bem como a realizações mensais de Assembléia Geral. O grupo ainda decidiu criar um regimento interno para estipular, entre outros termos, um horário para início e término da jornada de trabalho, divisão dos resultados e faltas, sendo estes os assuntos que causam maiores discussões entre os associados.

Durante a elaboração do regimento interno, certificou-se uma necessidade dos associados em manter padrões de gestão adotado nas empresas, mostrando uma certa dificuldade em romper com o já conhecido, visando uma organização mais autogestionária. O associados, por exemplo, ainda “batem o ponto” na entrada e saída do dia, regulam seu horário de almoço através de uma sirene e dividem suas tarefas de acordo com a importância de seu papel na associação. Aliás, um outro problema observado durante os encontros é a importância que os associados dão a atribuição de cargos. No processo de criação do Estatuto Social o grupo optou por uma diretoria composta por Presidente, Vice-presidente, 1º e 2º Tesoureiro e 1º e 2º Secretário. A figura do Presidente foi relacionada por alguns associados à figura do patrão, e toda sugestão, opinião dada pela pessoa responsável por tal função era vista como autoritária. Passou-se a ter a idéia de que o presidente queria mandar na associação, estipular suas regras. O membro de maior liderança do grupo dos que se incomodavam com a figura presidencial, passou a ditar suas próprias regras, não respeitando às vezes, a divisão de trabalho estipulada pelos próprios associados. Ficou bem distinta a divisão do grupo e, tal disputa, passou a interferir na rotina de trabalho, na convivência em grupo e no despertar do espírito coletivo. Porém, ao longo das visitas e reuniões com os associados, os problemas aos poucos foram sendo amenizados, com o próprio desenvolvimento do sentido de grupo e com o crescimento da associação.

Sendo assim, com a aprendizagem dos associados dos processos administrativos necessários e com a consciência da auto-gestão e coletividade, considera-se que haverá um ganho tanto no que se refere

à qualidade de vida dos mesmos, bem como seu entendimento enquanto sujeitos capazes e portadores de direitos.

Bibliografia

RECH. DANIEL. COOPERATIVA: uma alternativa de organização popular. Rio de janeiro. DP&A, 2000.

CALDANA, A.C.F ; dissertação (doutorado em psicologia) – Universidade do Estado de São Paulo. Ribeirão Preto, 2005.